



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 155

QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12157
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12171
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12172
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12187
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	12215
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	12215
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal	12219

Supremo Tribunal Federal

Presidência

DISTRIBUIÇÃO

SEPTUAGESIMA QUINTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1992, PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, I RISTF).

ÀS 17:00 HORAS NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HABEAS CORPUS N. 69666

ORIGEM : PARANÁ
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
PACTE. : ANTONIO FRACARO SOBRINHO
IMPTE. : JOAO ROAVENTURA DE CRISTO E OUTRO
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DISTRIBUIDO

HABEAS CORPUS N. 69667

ORIGEM : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
PACTE. : STELIO MARCELINO AMARAL GUSMAO
IMPTE. : JASON BARROSA DE FARIA E OUTROS
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIDO

PETIÇÃO N. 620

ORIGEM : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
REQTE. : LUIZ FERNANDO DE FRANCISCOS D'AVILA
DISTRIBUIDO

MINISTRO	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. MOREIRA ALVES	1	0	1
MIN. NERI DA SILVEIRA	1	0	1
MIN. MARCO AURELIO	1	0	1
TOTAL	3	0	3

NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE POUBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 10 DE AGOSTO DE 1992

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Plenário

Ata da 21a. (vigésima primeira) sessão ordinária, realizada em 05 de agosto de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

ACAO CIVEL ORIGINARIA N. 419

ORIGEM : SAO PAULO
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
AUTOR : ESTADO DE SAO PAULO
ADV. : PAULA NELLY DIONIGI
RE : UNIAO FEDERAL

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal julgou procedente, em parte, a ação, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente. Impedido o Ministro Marco Aurélio. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antônio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 05.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 231

ORIGEM : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV. : JOSE EDUARDO SANTOS NEVES
ADV. : JOSE MARIO BIMBATO
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Relator, que julgava procedente a ação e declarava a inconstitucionalidade dos arts. 77 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, pediu vista dos autos o eminente Ministro Célio Borja. Plenário, 08.8.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude da necessidade de ausentar-se o Ministro Célio Borja (que havia pedido vista dos autos), para presidir sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator e Ilmar Galvão, que julgavam procedente a ação e declaravam a inconstitucionalidade dos arts. 77 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Marco Aurélio. Plenário, 08.4.92.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal julgou procedente a ação, declarando a inconstitucionalidade dos arts. 77 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, vencido o Ministro Marco Aurélio, que a julgava improcedente, declarando a constitucionalidade de tais dispositivos. Votou o Presidente. Não votou o Ministro Francisco Rezek, pois à época do início do julgamento não integrava a Corte. Plenário, 05.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 245

ORIGEM : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVS. : JOSE EDUARDO SANTOS NEVES E OUTROS
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Relator, que julgava procedente a ação e declarava a inconstitucionalidade do § 1º, do art. 185 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Célio Borja. Plenário, 08.8.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude da necessidade de ausentar-se o Ministro Célio Borja (que havia pedido vista dos autos), para presidir sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator e Ilmar Galvão, que julgavam procedente a ação e declaravam a inconstitucionalidade do § 1º, do art. 185 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Marco Aurélio. Plenário, 08.4.92.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal julgou procedente a ação, declarando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 185 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, vencido o Ministro Marco Aurélio, que a julgava improcedente, declarando a constitucionalidade de tais dispositivos. Votou o Presidente. Não votou o Ministro Francisco Rezek, pois à época do início do julgamento não integrava a Corte. Plenário, 05.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 711
ORIGEM : AMAZONAS
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV. : OLDENEY SA VALENTE
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal conheceu da petição do Sr. Governador do Estado do Amazonas, como questão de ordem e, por maioria, resolveu-a, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio, vencidos os Ministros Relator, Ilmar Galvão e Carlos Velloso, que a resolviam em termos diversos, com extensão menor. Em seguida, o Tribunal fixou entendimento no sentido de que a eficácia da medida cautelar tem seu início marcado pela publicação da ata da sessão de julgamento no Diário da Justiça da União, exceto em casos excepcionais a serem examinados pelo Presidente do Tribunal, de maneira a garantir a eficácia da decisão. Votou o Presidente. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antônio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 05.8.92.

Brasília, 06 de agosto de 1992.

LUIZ TOMIMATSU
Secretário

Ata da 29ª. (vigésima nona) sessão extraordinária, realizada em 03 de agosto de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 160.900,00	Cr\$ 41.200,00	Cr\$ 146.300,00	Cr\$ 162.700,00	Cr\$ 258.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 37.290,00	Cr\$ 66.660,00	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 136.960,00
Aéreo	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 93.060,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 342.540,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM
Telefone: (061)226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Paulo Brossard.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

ABERTURA

O SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (PRESIDENTE) — Formulo votos a todos os Senhores Ministros, ao Senhor Procurador-Geral da República e aos servidores da Casa, de que tenham um bom retorno às atividades funcionais.

Julgamentos

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 120
(Reiteração de Pedido de Medida Liminar)
ORIGEM : AMAZONAS
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal indeferiu reiteração de pedido de medida cautelar, para suspensão do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Amazonas. Votou o Presidente. Plenário, 03.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 667 (medida liminar)
ORIGEM : ALAGOAS
RELATOR : MIN. ILMAR GALVAO
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV. : ERALDO BULHOES BARROS
REQDO. : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal referendou decisão do Ministro Octavio Gallotti, no exercício da Presidência, que indeferira a suspensão cautelar da Resolução no. 3/91, de 19.12.91, do Tribunal de Justiça de Alagoas, vencido o Ministro Marco Aurélio, que denegava o referendo. Votou o Presidente. Plenário, 03.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 712 (medida liminar)
ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REQDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 12.6.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 17.6.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausente, justificadamente, o Ministro Paulo Brossard. Plenário, 1.7.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 03.8.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 718 (medida liminar)
ORIGEM : MARANHAO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHAO
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHAO
ADV. : JOSE GUILHERME VILLELA

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausente, justificadamente, o Ministro Paulo Brossard. Plenário, 14.5.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausente, justificadamente, o Ministro Ilmar Galvão. Plenário, 22.5.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 28.5.92.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 17.6.92.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal referendou decisão do Ministro Celso de Mello, que suspendera cautelarmente a eficácia das Leis nos 5.350 a 5.375, de 25.2.92, e 5.376 a 5.393, de 26.2.92, todas do Estado do Maranhão. Votou o Presidente. Plenário, 03.8.92.

EXCECAO DA VERDADE N. 541 (questão de ordem)
ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REU : FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH

PROC. Nº TST-RR-42.296/91-2

Recorrente: WERN TURISMO E TRANSPORTE LTDA.
Advogado : Dr. David Silva Júnior
Recorrido : JORGE COUTO COSTA
Advogado : Drª Maria da Penha Kroff Vega
1ª Região

DESPACHO

A teor do art. 136, do Código de Processo Civil, declaro-me impedido de atuar no feito, uma vez que do julgamento do Agravo de Petição (fls. 173/174) participou meu parente consaguíneo.
Sendo assim, remeto os autos à Secretaria da 5ª Turma, para que proceda a redistribuição, observando a devida compensação.
Publique-se.
Brasília, 28 de julho de 1992.

MINISTRO ARMANDO DE BRITO
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-42.842/92.5

RECORRENTE : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
ADVOGADA : Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo
RECORRIDO : LEONTINA ERNESTA COLPANI
ADVOGADO : Dr. Celso Teixeira Costa

DESPACHO

Ante os termos dos documentos de fls. 283/297, as partes dão notícia de terem realizado acordo, o que põe fim à lide, prejudicando necessariamente a revista do reclamado.
Determino a baixa dos autos à MM. JCJ de origem a fim de que examine o acordo referido e proceda como entender de direito.
Publique-se.
Brasília, 03 de agosto de 1992.

MINISTRO ANTONIO AMARAL
Relator

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
Publicação para fins de Intimação
EMBARGOS Nº 46.551-4/RJ

Relator : Min Gen Ex JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA
Revisor : Min Dr PAULO CESAR CATALDO
Embargante : WILSON RAMOS VILELA, 3º Sgt Temp. Ex.
Embargado : O Acórdão do Superior Tribunal Militar de 24/03/92
Advogado : Dr CLAUDIONOR OLIVEIRA DE AGUIAR

DESPACHO

" Vistos, etc....
Trata-se de Embargos Infringentes opostos pela defesa do 3º Sgt Temp Ex WILSON RAMOS VILELA, com fulcro nos Arts 538 e seguintes do CPPM, visando a reforma do Acórdão proferido por este Tribunal na Apelação nº 46.551-0, em 23/04/92.
O ora embargante, foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria do Exército da 1ª CJM, em 06/09/91, à pena de 06 anos de reclusão, como incurso no Art 205, c/c o Art 30, inciso II, ambos do CPM (fls 310/327).
Apreciando o apelo defensivo, decidiu o Tribunal, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para, mantendo a condenação, reduzir a pena para 04 (quatro) anos de reclusão, aplicando-se ao recorrente a pena acessória de exclusão das Forças Armadas, ex vi do Art 102, c/c o Art 98, inciso IV, ambos do CPM, sendo fixado o regime aberto para o cumprimento inicial da pena, de acordo com o Art 33 § 2º, alínea "c", do Código Penal, c/c o Art 110 da Lei nº 7.210/84. A douta minoria vencida negava provimento ao apelo para manter a sentença recorrida (fls 352/365).
Inconformada com esta decisão, interpôs a defesa os presentes embargos (fls 384), pedindo, em razão de fls 385, a absolvição do embargante.

É O RELATÓRIO.

DECIDIDO

Conforme depreende-se do extrato da Ata de fls 352, a decisão embargada foi unânime quanto à condenação do recorrente, havendo divergência apenas em relação ao quantum da pena.

O parágrafo único do Art 539 do CPPM assim dispõe, ver "Art 539 -
Parágrafo único - Se for unânime a condenação, mas houver divergência quanto à classificação do crime ou à quantidade ou natureza da pena, os embargos só serão admissíveis na parte em que não houve unanimidade".
FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, in "PROCESSO PENAL", Vol 4, 5ª edição, 1979, pags 332/333, ao dissertar sobre a matéria, leciona:

"Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra a decisão não unânime de segunda instância e desfavorável ao réu. Não basta, pois, a falta de unanimidade. É preciso, também que a divergência do voto vencido seja favorável ao réu. Desse modo, apreci-

ando uma apelação ou recurso em sentido estrito, se a Câmara ou Turma, por maioria, decidir contra o réu e o voto dissidente lhe for favorável, cabíveis serão os embargos.
Se tal divergência for contra, tornam-se eles incabíveis. Assim, se, por exemplo, a maioria da Turma ou Câmara der provimento ao apelo para condenar o réu a dois anos de reclusão e o voto dissidente for no sentido de ser a pena exasperada, evidente que a defesa não poderá opor embargos..."
In casu, os votos divergentes foram desfavoráveis ao acusado, pois mantinham a reprimenda imposta na sentença de primeira instância, ou seja, 06 (seis) anos de reclusão, sendo que a maioria vencedora votou pela redução da pena para 04 (quatro) anos de reclusão.
Ex positis, não admito os embargos interpostos pelo 3º Sgt Temp Ex WILSON RAMOS VILELA, por falta de amparo legal.
Publique-se, registre-se e intime-se.

Brasília, 06 de agosto de 1992
JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA
General-de-Exército
Ministro-Relator

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 087

- CORREIÇÃO PARCIAL Nº 1.406-6 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira.
Adv Dr Edgar Leite dos Santos.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 10/08/92		
919005073-8	AUTOR : AG / 139810	REU : PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
929006315-7	AUTOR : AICRI / 144279	REU : ARY GONCALVES DE AMORIM
929006741-1	AUTOR : HC / 69453	REU : GUARACY DA SILVA FREITAS
929007141-9	AUTOR : HC / 69554	REU : TABAJARA ALEXANDRE PEREIRA DE MOURA
929007143-5	AUTOR : HC / 69501	REU : NIVALDO ANTUNES DOS ANJOS
929007158-3	AUTOR : HC / 69571	REU : MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
929007163-0	AUTOR : HC / 69551	REU : LUCINDO RAFAEL
929007186-9	AUTOR : HC / 69391	REU : UBIRAJARA SOUZA SOTTO MAIOR
TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 8		

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 10/08/92		
910007082-3	AUTOR : RESP / 10104-0	REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
		REU : DONIZETE MARCOLINO DE BARROS

910008945-1	RESP / 10814-0	REU : A GUIDI E COMPANHIA LTDA-ME	
AUTOR : AGENCIAS MUNDIAIS LTDA	SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DE AVARE-SP		
REU : CIA DOCAS DO PARA-CDP	SUSCDO : JUNTA DE CONCILIAÇÃO DE AVARE-SP		
910009491-9	RESP / 10999-0	920016415-3	CC / 3227-0
AUTOR : GUILHERME AFIF DOMINGOS	AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA		
REU : ANTONIO ROQUE CITADINI	AGRARIA - INCRA		
910010194-0	RESP / 11282-0	REU : WALDEMAR RODRIGUES	
AUTOR : ARLETE DA SILVA	SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-SP		
REU : INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS	SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-MT		
910011684-0	RESP / 11789-0	920016418-8	CC / 3230-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO	AUTOR : REINALDO GONCALVES ESCOBAR		
REU : ADEMAR GOMES	REU : IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E		
910019191-4	RESP / 14813-0		ESTATISTICA
AUTOR : RONALDO GILBERTO KNACK	SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E		
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO	JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ		
910021518-0	HC / 1004-0	SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ	
AUTOR : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO			
REU : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIAO	920016420-0	CC / 3232-4	
PACTE : ANDRE DE SOUZA COSTA	AUTOR : ANTONIO SERGIO PINTO DA ROCHA		
910022099-0	MS / 1351-0	REU : UNIAO FEDERAL	
AUTOR : HELIO DE CALDAS NOGUEIRA	REU : BANCO DO BRASIL S/A		
AUTOR : ACACIO FERREIRA DE CARVALHO	SUSCTE : 47A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE		
REU : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA	JANEIRO-RJ		
910023379-0	CC / 2527-0	SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ	
AUTOR : ALICE DE OLIVEIRA GOMES			
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	920016422-6	CC / 3234-8	
SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA DE ACIDENTES DE	AUTOR : JOAO BATISTA SISTON		
TRABALHO DO RIO DE JANEIRO-RJ	REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		
SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO RIO DE	REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF		
JAEIRO-RJ	REU : BANCO DO BRASIL S/A		
920001505-0	MS / 1472-0	SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E	
AUTOR : YOLITA DE MOURA SOARES		JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ	
REU : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA	SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO RIO DE		
920006621-6	AG / 20102-2	JANEIRO	
AUTOR : EDILEIA MOREIRA DE JESUS	920017000-5	RHC / 2091-3	
REU : DEACI DE OLIVEIRA HERZOG	AUTOR : MARIO ARTHUR SILVEIRA		
920006865-0	PET / 270-2	REU : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO	
AUTOR : MIGUEL FERNANDO GONCALVES DE OLIVEIRA	PACTE : MARIO ARTHUR SILVEIRA		
AUTOR : LUIS ALBERTO STEFANI	920017009-9	CC / 3241-5	
REU : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	AUTOR : MARIA APARECIDA DIOGO DE OLIVEIRA		
INTERES : SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DO	REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E		
920007442-1	RMS / 1623-7	JULGAMENTO-RJ	
AUTOR : ZILDA RODRIGUES RIBEIRO		SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO RIO DE	
ORIGEM : PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVEL DO ESTADO DE	920017011-0	JANEIRO	
SAO PAULO	CC / 3243-9		
IMPDO : JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DE SANTO	AUTOR : PRISCILA DE ARAUJO MESQUITA NOGUEIRA		
AMARO-SP	REU : UNIAO FEDERAL		
REU : BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A	REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF		
920008096-0	RMS / 1629-8	REU : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E	
AUTOR : ACELIO BECKER		ESTATISTICA-IBGE	
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS	REU : BANCO DO BRASIL S/A		
IMPDO : JUIZO DE DIREITO DE ITAJA-GO	SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E		
LITIS : BANCO DO BRASIL S/A	JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ		
REU : NAO INDICADO	SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ		
920012692-8	MS / 1719-3	920017020-0	CC / 3252-0
AUTOR : GEORGINA AMORIM DE BARROS		AUTOR : FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO	
AUTOR : JOSE MIRANDA FRANCO		VESTUARIO DE SAO PAULO	
REU : MINISTRO DE ESTADO DA MARINHA		REU : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE	
920013187-5	CC / 3089-3	CALCADADOS DE SAO PAULO	
AUTOR : ANTONIO GUSTAVO DA ROCHA		SUSCTE : TRIGESIMA TERCEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E	
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		JULGAMENTO DE SAO PAULO-SP	
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-SC		SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 39A VARA CIVEL DE SAO PAULO-SP	
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZ PUL ACIDENTES DE	920017382-9	RP / 44-0	
TRAB PUBL DE CRICIUMA	AUTOR : MARIO COVAS JUNIOR		
920013200-6	REU : ORESTES QUERCIA		
CC / 3096-0	920017633-0	CC / 3263-4	
AUTOR : JOACIR BATISTA TEZA	AUTOR : SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO HOTELEIRO E		
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	SIMILARES DE SAO PAULO		
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA EM CRICIUMA-SC	REU : PIZARIA E RESTAURANTE COSA NOSTRA LTDA		
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZ PUL ACIDENTES DE	SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 5A VARA CIVEL DE GUARULHOS-SP		
TRAB PUBL DE CRICIUMA	SUSCDO : QUARTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE		
920013202-2	CC / 3098-4	GUARULHOS-SP	
AUTOR : PEDRO HENRIQUE ALVES			
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	920017704-2	HC / 2105-0	
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA EM CRICIUMA-SC	AUTOR : KELSON DIAS FEITOSA		
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZ PUL ACIDENTES DE	REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PIAUI		
TRAB PUBL DE CRICIUMA	PACTE : ANTONIO MIGUEL DA SILVA		
920016216-9	CC / 3217-8	920017815-4	CC / 3269-5
AUTOR : SINDICATO DOS PRATICOS DE FARMACIA E DOS		AUTOR : SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DE	
EMPREGADOS NO COMERCIO DE DROGAS MEDICAMENTOS		GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SAO PAULO	
		REU : CONSTRUTORA STRESA LTDA	